

OSWALDO MUNTEAL FILHO

Natureza iluminada

Para assegurar o poder da rainha e “regenerar” Portugal, a Academia das Ciências de Lisboa centrou seu interesse em um novo tema: os recursos naturais do Brasil

RIQUEZAS MINERAIS, uma imensa variedade animal, plantas em uma profusão de cores e formas. Se hoje a natureza exuberante do território brasileiro inspira movimentos de preservação do meio ambiente, em fins do século XVIII ela atraiu a atenção de naturalistas portugueses, que tentavam torná-la algo compreensível para os europeus civilizados, além de rentável para a Corte.

O “Mundo de Queluz” – símbolo do poder dos reinados de D. Maria I e de seu filho D. João VI – investigava o Novo Mundo e se perguntava como seria possível domar o exotismo de sua natureza e tirar o maior proveito possível das colônias ultramarinas.

Mas como os portugueses utilizaram as luzes da razão para transformar o ambiente colonial em um conhecimento palpável? E que interesses moviam este esforço?

A centralização política era o objetivo comum dos Estados modernos da época, e isso passava pela legitimação do poder real. Em Portugal, o Palácio de Queluz comportava diversas concepções políticas, filosóficas e cortesãs dentro de um mesmo ambiente, o que constantemente exigia do monarca bastante esforço para consolidar o seu poder. Durante o reinado de D. José I (1750-1777), o marquês de Pombal comandara a economia e a política com mão de ferro, marcando profundamente a administração portuguesa. Depois da morte do rei, sua sucessora, D. Maria I, tinha pela frente o desafio de superar a influência pombalina. A mudança do regime teve por designação básica o nome de “Viradeira”, com o desligamento e mesmo a expulsão de pessoas ligadas ou identificadas com a política de Pombal. Para legitimar sua política reformista, a rainha contava com a decisiva atuação dos intelectuais.

O centro aglutinador desse novo ideário foi a Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 31 de dezembro de 1779 sob a proteção real. Assumindo o papel que antes fora da Universidade de Coimbra, a Academia conduz o debate científico e a formulação da política colonial. É aí que entra o incentivo à exploração do mundo natural.

A administração de D. Maria I trouxe de volta exilados e excluídos da vida política no período pombalino, como o abade José Correia da Serra (1750-1823), o padre Teodoro de Almeida, o duque de Lafões e a marquesa de Alorna. Um dos fundadores da Academia Real das Ciências, Correia da Serra era naturalista e acompanhava de perto os estudos botânicos mais recentes do cenário europeu. Esse grupo passou a trabalhar lado a lado com outros homens que já tinham certo destaque na época pombalina, como D. Rodrigo de Souza Coutinho (1745-1812), Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), João da Silva Feijó, Joaquim de Amorim Castro e Júlio Mattiazzi.

A Academia de Ciências e o Mundo de Queluz pretendiam a recuperação econômica de Portugal por meio da exploração racional da natureza colonial

Os intelectuais reformistas da Academia voltaram-se para um núcleo de ação comum, que aliava ciência e política: o objetivo era estudar formas de recuperar a economia do reino, que atravessava grave crise desde o fim da administração pombalina. Assim, o “Mundo de Queluz” e a Academia Real selavam uma sólida parceria, fundada na esperança da regeneração de Portugal pela via da política colonial ultramarina. A rainha passou a autorizar, incentivar

Palácio Nacional de Queluz: símbolo do poder real, o “Mundo de Queluz” foi o local da formulação de uma política colonial que visava à recuperação econômica de Portugal.





Saiba Mais

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2007.

FALCON, Francisco. *A Época Pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

Um dos fundadores da Academia das Ciências de Lisboa, o abade José Correia da Serra (no alto) acompanhava de perto os estudos de botânica realizados na Europa.

Em "Americque", óleo de Jan van Kessel, uma alegoria do Novo Mundo. A necessidade de se conhecer a natureza da colônia fez com que amostras de vegetais, animais e minerais fossem enviadas para Lisboa.

e proteger a Academia e as demais agremiações científicas e literárias na metrópole e no mundo colonial que de alguma maneira servissem de apoio às suas demandas de legitimidade e reforma do Estado luso.

A partir de meados do século XVIII, o poder real passou progressivamente a orientar uma atitude científica "metódica" e a elaboração de um inventário do ultramar. Assim, a produção científica luso-brasileira estabeleceu-se numa estreita relação de dependência frente à rainha, ainda que tivesse certa liberdade de ação na formulação das bases que orientaram a ação do Estado na exploração das colônias. Essa política não tinha paralelo em toda a Europa: a idéia era regenerar a metrópole a partir do mundo natural. Para tanto, eram necessárias uma aproximação concreta da natureza das colônias e a elaboração da história natural de cada um desses locais. Elas podem ser consideradas embriões do que hoje chamamos de estudos "ambientais".

A atuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho como ministro da Marinha e Ultramar (1796-1801) foi decisiva para acentuar o impulso dado às ciências da na-



tureza, principalmente à botânica. O ensino acadêmico era influenciado pela leitura das obras de Vandelli, Mattiuzzi, Franzini, Dalla-Bella, Ciera, João de Loureiro, José Correia da Serra e Félix de Avelar Brotero.

A comunidade intelectual luso-brasileira formada na Academia tinha uma orientação pragmática e utilitária: o que interessava era a ação humana e o que ela era capaz de produzir. Os acadêmicos lisboetas investigaram incansavelmente a natureza tropical das colônias, assim como os seus fundamentos morfológicos, em busca de uma resposta aos anseios de Queluz. Havia um clima favorável aos estudos botânicos de uma forma mais ampla, do que se valeu a Academia Real das Ciências para mais facilmente impor a sua visão de mundo. Outros campos de conhecimento também ganharam realce com o crescimento da importância das ciências naturais voltadas para os recursos das colônias – especialmente a zoologia, a mineralogia e os estudos farmacêuticos.

A Universidade de Coimbra também contribuiu para a difusão desses novos saberes no período pós-



COLEÇÃO DE PINTURAS DO ESTADO DA BAVIERA, ALEMANHA

pombalino, ou seja, depois de 1777. O estudo e os ensinamentos das ciências físico-químicas e naturais tinham lugar em um conjunto de cursos conhecidos como "Teatros". Neles eram realizadas atividades práticas de dissecação, classificação de plantas úteis, isolamento de substâncias e invenção de artefatos mecânicos. A reforma da universidade (a partir de 1772) deveria articular esses centros de geração de conhecimento.

Através de uma complexa rede de troca de produtos naturais entre as colônias, com a finalidade central de aclimatá-los e prepará-los para diversas destinações, o conhecimento da natureza física foi sensivelmente ampliado em Portugal. O trabalho era desenvolvido em laboratórios de experimentação, por meio de estudos realizados nos museus de história natural ou em investigações naturalísticas concretas promovidas pelas instituições na metrópole e no mundo colonial – Sociedade Literária do Rio de Janeiro, Academia Científica do Rio de Janeiro, Escola de Minas e demais agremiações lideradas pelos letrados com o objetivo de integrar brasileiros e portugueses num sentimento comum.

A necessidade de conhecer o mundo natural, de investigar os fenômenos físicos e químicos, relaciona-se com a tomada de consciência sobre a crise econômica. Os recursos das colônias ganhavam cada vez mais importância, o que contribuiu para a formação de um "subgrupo" de acadêmicos focado no uso que suas pesquisas e descobertas poderiam ter para a Coroa.

Outra esfera de atuação dos naturalistas era reproduzir o espaço natural existente nas colônias, "transportando-o" para os estabelecimentos científicos lisboetas. Amostras vegetais, animais e minerais – ou "criaturas brutas", como eram chamadas à época – eram remetidas para Lisboa a fim de serem expostas como num "anfiteatro da natureza". A reprodução do ambiente colonial fazia parte de uma estratégia do "Mundo de Queluz" para "redescobrir" o império ultramarino. Mais do que surpreender pelo exótico, o que se desejava era conhecer efetivamente a natureza colonial, ainda precariamente compreendida pelos exploradores luso-brasileiros, estendendo o seu conhecimento aos olhos europeus.

A ciência metropolitana pretendia contribuir para o desenvolvimento de uma cultura investigativa que pudesse ser disseminada pelo império co-



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

lonial, rompendo com o isolamento entre o espaço colonial e as idéias de reforma que cada vez mais invadiam o território europeu. Os portugueses, que não queriam perder esse bonde, realizaram seu maior desejo: o reencontro com sua própria história, projetada no espelho do Novo Mundo. H

Prancha de *Florae lusitanicae et brasiliensis specimen*, obra de Domenico Vandelli, de 1788, que atesta o avanço dos estudos de botânica em Portugal no reinado mariano.

OSWALDO MUNTEAL FILHO É PROFESSOR DA UERJ, DA FACHA E DA PUC-RIO E PESQUISADOR DA EBAPE/FGV.

Laboratório natural

Se desde o início plantas, animais, sementes e raízes interessaram aos colonizadores, tal como aos jesuítas, é no século XVIII que se instaura no universo luso-brasileiro o primado da ciência da natureza. É com esse olhar que naturalistas, jardineiros ou herborizadores recolhem, empalham e conservam em aguardente, areia, papéis, caixinhas, uma infinidade de produtos que embarcam em longas viagens, de forma sistemática e constante, entre 1750 e 1808. Onças vivas, sementes, viveiros de plantas e herbários, beija-flores, macacos e papagaios, cobras, ouriços-do-mar, conchas. Esses produtos se inscrevem na classificação e recebem o nome científico conforme o sistema proposto pelo naturalista sueco Lineu (1707-1778). Ordenadas continuamente pela metrópole, essas remessas tiveram por destino principalmente os

jardins botânicos e coleções dos gabinetes de história natural portugueses. Da mesma forma seguiram artefatos fabricados pelas tribos indígenas, como abanos de penas. Para que esses conjuntos fossem preparados a partir dos pressupostos de utilização e observação do mundo natural, foram editadas as chamadas *Instruções*, dirigidas aos naturalistas e viajantes. O fluxo de representantes dos "três reinos da natureza" deixou vestígios ainda em memórias, tratados, museus, nos manuscritos que trazem listas, descrições, desenhos, mapas e cartas, no surgimento do que se conhece por História Natural.

CLAUDIA BEATRIZ HEYNEMANN É PESQUISADORA DO ARQUIVO NACIONAL E AUTORA DA TESE "AS CULTURAS DO BRASIL: HISTÓRIA NATURAL NO SETECENTOS LUSO-BRASILEIRO". UFRJ, 2000.